



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP

ANÁLISE

Análise nº 6/2024/SEOSP-NAC

Da: Núcleo de Aquisições e Contratos - NAC

Para: Comissão de Licitação SUPEL-CPLO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90245/2024/SUPEL/RO

Processo Administrativo nº 0069.001909/2024-76 - PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO

Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual Contratação, por Registro de Preço, de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços (art. 6º, XI da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021), em estudos prévios, perfuração e instalação de poços tubulares profundo com o fornecimento de materiais, equipamentos, sistema hidráulico complementar, mão de obra e licenciamento necessários para o pleno funcionamento dos poços conforme Termo de Referência, planilhas e cronograma físico-financeiro, com o fito de atender a demanda de água para abastecimento público nos municípios de Rondônia.

RESPOSTA DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Senhora Pregoeira,

Em atenção ao pedido de impugnação encaminhado pelas empresas

e **AGRÍCOLA TANGARA LTDA** (SEI ID 0052903943), referente ao presente procedimento licitatório, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90245/2024/SUPEL/RO**, apresentamos os seguintes esclarecimentos de acordo com os questionamentos apresentados:

1. DOS PEDIDOS DA EMPRESA -

1. Seja reconhecida a presente peça impugnatória, pela sua tempestividade e relevância;
2. Seja a presente peça julgada e considerada procedente, em todos os pontos levantados, para que seja publicada a imediata suspensão do certame, para fins de promoção das adequações necessárias ao Edital;
3. Seja permitida a participação de responsáveis técnicos inscritos em outros Conselhos, além do CREA e CAU, para atender ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e atenda também aos anseios das

demais classes de profissionais habilitados e com atribuições inerentes ao objeto da licitação;

4. Seja determinada a imediata republicação do edital impugnado, positivando-se a adoção das providências necessárias para garantir que o processo licitatório seja mais eficiente e eficaz.

R: A exigência de pertencimento junto ao Conselho de Classe foi com base na DECISÃO NORMATIVA Nº 59, DE 09 DE MAIO DE 1997 do CONFEA onde decide:

"1 - A pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços de planejamento, pesquisa, locação, perfuração, limpeza e manutenção de poços tubulares para captação de água subterrânea deverá proceder o devido registro nos CREAs.

2 - A pessoa jurídica enquadrada no item 1 deverá indicar como responsável técnico um profissional Geólogo ou Engenheiro de Minas.

2.1 - Poderão, ainda, responsabilizar-se tecnicamente pelas atividades descritas no item 1. da presente Decisão Normativa, os profissionais com atribuições constantes no Decreto nº 23.569/33, que comprovem ter cursado disciplinas de caráter formativo pertinentes às mencionadas atividades, sendo seu currículo escolar submetido à análise da Câmara Especializada de Geologia e Minas."

2. DOS PEDIDOS DA EMPRESA - [REDACTED]

1. Assim, em face das razões aqui expostas, está Impugnante, requer, que a presente IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, com efeito de NÃO CONSTAR no Edital de Pregão Presencial nº 90245/2024, exigência referente aos itens 12.4.3 do Anexo I (TR), divisão em mais lotes o certame licitatório, visando a isonomia, legalidade e a maior competitividade neste certame.

Requer ainda, que seja determinada a republicação do Edital de Pregão eletrônico em epígrafe, inserindo a alteração aqui pleiteada, Reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme o artigo 41, § 1º, prevê que, se houver alteração no edital após o prazo de impugnação, um novo prazo deve ser concedido para que os interessados possam impugnar a nova versão, de acordo com lei 14.133/2021.

R: Entendemos ser improcedente, uma vez que foi previsto no Certame 6 (seis) possibilidades de comprovação de existência de profissional habilitado na empresa para a execução do serviço contratado, devendo apresentar ao menos uma delas, uma vez que estes profissionais serão primordiais para os lotes 01, 02 e 03 na elaboração de estudos geofísicos de cada poço e para os lotes 04, 05 e 06 o acompanhamento da perfuração, bem como as demais peças necessárias para a emissão da licença de operação do poço.

Quanto a divisão em mais lotes, entendemos que dividindo o Estado em 03 (três) regiões combinado com a possibilidade de PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS, já amplia a concorrência conforme item 6.4 do Edital - transcrito a seguir:

6.4. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO:

6.4.1. O Consórcio será permitido, tendo em vista o porte do objeto, bem como o mesmo agregar serviços de execução de obra e elaboração de projetos, que normalmente são executados por empresas com finalidades distintas, conforme disposições constantes no subitem 35.1. do Anexo I – Termo de Referência.

3. DOS PEDIDOS DA EMPRESA - [REDACTED]

a) Inclusão de item expresso que determine a necessidade de apresentação do balanço patrimonial, das demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente publicados conforme a Lei, para todos os licitantes. Além disso, que sejam estabelecidos os índices de liquidez mínimos necessários para a habilitação no processo licitatório, no item relativo à habilitação jurídico-financeira;

R: Item já previsto no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90245/2024/SUPEL/RO - transcrito a seguir:

12.3.2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.3.2.1. Os documentos retromencionados limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.3.3. Com base nos dados constantes no BALANÇO PATRIMONIAL apresentado, a Pregoeira verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

a) A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);

b) A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, possuir capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, para cada LOTE.

12.3.4. As LICITANTES constituídas no exercício de 2024, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Pregoeira, possa verificar se a licitante possui:...

b) Inclusão de itens específicos que exijam a apresentação de documentos que comprovem a capacidade técnica das licitantes, assegurando que o objeto da licitação será adequadamente cumprido, conforme detalhado na presente impugnação.

R: Item já previsto no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90245/2024/SUPEL/RO - transcrito a seguir: "

12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1. Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR);

12.4.2. Apresentação do Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, observando as seguintes condições:

12.4.4. Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, para fins de contratação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

Tabela de cálculo Atestado de Capacidade Técnica e Acervo operacional			
Lote	Quantidade Contratada	10%	Atestado solicitado
Lote 01	471	48	Estudos de Poços
Lote 02	517	52	Estudos de Poços
Lote 03	393	40	Estudos de Poços
Lote 04	47100	4710	Metros de Perfuração de poços tubulares
Lote 05	51700	5170	Metros de Perfuração de poços tubulares
Lote 06	39300	3930	Metros de Perfuração de poços tubulares

a) Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART e/ou RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.

b) Os atestados e os acervos apresentados pelas empresas deverão ser destacados os itens que comprovarão as exigências.

c) Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (ANEXO V ou a critério da licitante).

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme preconiza o inciso IV do Art. 63. da Lei nº 14.133/2021."

4. DOS PEDIDOS DA EMPRESA - [REDACTED]

1. Restando demonstrado que há violação aos princípios que regem o procedimento licitatório, pedimos a exclusão da exigência dos itens 21.4 e 21.5 detendo-se a exigência mínima ao registro de entidade de Classe: CREA/CAU.

R: A exigência de pertencimento junto ao Conselho de Classe foi com base na DECISÃO NORMATIVA Nº 59, DE 09 DE MAIO DE 1997 do CONFEA onde decide:

"1 - A pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços de planejamento, pesquisa, locação, perfuração, limpeza e manutenção de poços tubulares para captação de água subterrânea deverá proceder o devido registro nos CREAs.

2 - A pessoa jurídica enquadrada no item 1 deverá indicar como responsável técnico um profissional Geólogo ou Engenheiro de Minas.

2.1 - Poderão, ainda, responsabilizar-se tecnicamente pelas atividades descritas no item 1. da presente Decisão Normativa, os profissionais com atribuições constantes no Decreto nº 23.569/33, que comprovem ter cursado disciplinas de caráter formativo pertinentes às mencionadas atividades, sendo seu currículo escolar submetido à análise da Câmara Especializada de Geologia e Minas."

V - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, esta Secretaria, consubstanciado pelos procedimentos adotados em prol dos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, **SMJ, INDEFERIMOS** os pedidos de impugnação interposta pelas empresas [REDACTED]

Atenciosamente,

GLEYDIVANNE FABIELLE RODRIGUES NOGUEIRA
Chefe de Aquisições e Contratos - NAC/SEOSP

Eng. Civil PAULO HENRIQUE GENZ MIOTTO
Gerente de Planejamento e Contratos de Obras - GPC/CIS/SEOSP

HAMILTON AUGUSTO LACERDA SANTOS JÚNIOR
Gerente Administrativo - SEOSP/RO



Documento assinado eletronicamente por **GLEYDIVANNE FABIELLE RODRIGUES NOGUEIRA**, **Chefe de Núcleo**, em 17/09/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Genz Miotto, Técnico(a)**, em 17/09/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **HAMILTON AUGUSTO LACERDA SANTOS JUNIOR, Gerente**, em 17/09/2024, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Secretário(a)**, em 18/09/2024, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0052938952** e o código CRC **2663F42B**.
